

EDUCAÇÃO CATÓLICA, BASE DE SUSTENTAÇÃO DA SOCIEDADE, NA VISÃO DE D. CARLOS LUIZ D'AMOUR (1878-1921)

Sibele de Moraes*

RESUMO

O artigo apresenta uma análise sobre as ações de D. Carlos Luiz D'Amour, referentes à educação durante seu episcopado na Diocese/Arquidiocese de Cuiabá, entre os anos de 1878 a 1921.

Palavras chave: Igreja Católica, educação, ultramontanismo, discurso.

ABSTRACT

This article presents an analysis concerning the actions of D. Carlos Luiz D'Amour in respect to the education during his bishopric in the Diocese/ Archdiocese of Cuiabá, between the years of 1878 and 1921.

Keywords: catholic church, education, ultramontanism, discourse.

A segunda metade do século XIX e o início do XX foram marcados por enormes transformações políticas e sociais no cenário brasileiro e mato-grossense. A Igreja Católica, como instituição presente na história brasileira desde os tempos do Brasil Colônia, vê-se ante estas mudanças, cabendo a ela traçar novas diretrizes diante do novo. Sua saída, em nível institucional, foi a busca do retorno à tradição, mantendo-se presa às diretrizes enunciadas no Concílio de Trento, propondo o que passou a ser denominado de 'projeto ultramontano'¹.

Para os bispos ultramontanistas, uma das bases de sustentação da sociedade se encontrava alicerçadas em modelo de educação conservadora, vinculado à religião católica, posição esta extremamente condenada pelos intelectuais de cunho liberal.

Para D. Carlos, o processo de modernidade que se introduzia no Estado, buscando organizar e disciplinar o espaço público sob os ícones do progresso, configurava-se em seu olhar, representante que era da Igreja Católica em Mato Grosso, como afronta aos princípios e aos ensinamentos católicos.

As ações práticas discursivas de D. Carlos, referentes à educação, interligam-se ao pensamento dominante dos Bispos ultramontanistas no Brasil, que visavam recuperar os

* Profª Mestre do Curso de Turismo do UNIVAG

¹ Este movimento no Brasil recebeu o nome de Romanização, termo utilizado por vários estudiosos do período, denominado de ultramontanismo, para caracterizar o processo vivenciado pela Igreja brasileira, de reaproximação de Roma.

espaços perdidos pela Igreja Católica por conta do processo de secularização da sociedade, com a construção de um projeto de fortes raízes conservadoras, calcado nos princípios do Concílio de Trento, do Concílio Vaticano I e das normas emanadas de Roma.

O processo de romanização na Diocese de Cuiabá tomou contornos específicos e múltiplos diante do governo de Mato Grosso, que buscava modernizar-se, mas tinha consigo o estereótipo de ser região de fronteira, marcada pelo atraso e pela barbárie de um povo incivilizado.

O conceito de fronteira é aqui entendido e visto não só como espaço geográfico, mas também como construção simbólica, marcada pela polaridade dos opostos: litoral/sertão, que passou a ser associado à idéia de progresso/civilização, em oposição a atrasado/bárbaro, na composição dos discursos institucionais, servindo, muitas vezes, para justificar ações. Considerado nesse duplo sentido, o referido conceito introduz por igual à idéia de uma área geográfica de vastos recursos econômicos a serem explorados.

Nesse contexto de transição política, torna-se paradoxal a convivência entre Estado e Igreja, aliados na busca de civilizar, considerando que, para o Estado, por civilizar-se entendia trazer o progresso e a educação laica dentro de um modelo racional, enquanto que, para a Igreja, consistia em levar as pessoas de volta aos ensinamentos católicos como alicerce para o desenvolvimento, com base em uma educação sob o modelo católico.

Antes de nos internarmos na questão das ações administrativas de D. Carlos atinentes à educação, durante seu episcopado na Diocese, posteriormente Arquidiocese de Cuiabá, devemos ter em mente a própria formação educacional de D. Carlos Luiz D'Amour.

D. Carlos, desde cedo, pode-se dizer, esteve à volta com o mundo religioso. No Maranhão, trabalhou como capelão na catedral de São Luiz, onde conheceu o Bispo de São Luís do Maranhão, D. Manoel Joaquim da Silveira, tornando-se seu 'protegido'. Tal situação lhe permitiu galgar os vários degraus da hierarquia eclesiástica no transcorrer de sua carreira, pois poucos, dentre os homens advindos das camadas mais humildes da população, ascendiam ao seletivo grupo dos escalões mais elevados da hierarquia eclesiástica. (Miceli, 1988).

Ao transpor tais degraus, esses homens passavam a dedicar sua vida à Instituição, como forma de retribuição pelos benefícios e investimentos a eles ofertados, dando provas efetivas de entrega e de submissão aos seus ideais organizacionais.

A educação sacerdotal de D. Carlos Luiz D'Amour ocorreu no período de maior entrave entre a Igreja Católica e as novas idéias propagadas pelo mundo moderno. Foi

ordenado padre no ano de 1860, sob o pontificado de Pio IX (1846-1878), momento de maior acirramento da luta entre a doutrina católica e as novas idéias surgidas no século XIX. Mais que tudo foi no pontificado de Pio IX que a Igreja esteve investida de poderes ilimitados no plano da doutrina, demonstrando sua preocupação com as filosofias dos séculos XVIII e do liberalismo do século XIX. Tais temores são detectados com a publicação da *Encíclica Quanta Cura* (1864) e da *Syllabus* sobre os principais erros dos tempos modernos, onde buscavam conter o avanço das idéias socialistas, maçônicas e, ainda, das liberais.

Nessa perspectiva, a formação sacerdotal de D. Carlos se configurou sob os preceitos de dogmas católicos, extremamente rígidos e conservadores, negando qualquer proximidade entre as idéias católicas e as liberais.

Dentro dessa conjuntura social de múltiplos interesses, revelados na transição do Império para a República no Brasil e, igualmente, do confronto das idéias da Igreja Católica, vistas como conservadoras e atrasadas pelo novo Estado, foi que ocorreu a vinda de D. Carlos Luiz D'Amour para Mato Grosso, na qualidade de Bispo de Cuiabá.

O crescimento das idéias liberais levou D. Carlos a propor a criação de um periódico de cunho exclusivamente religioso, com a fundação do Jornal *A Cruz* no ano de 1910, para combater abertamente as opiniões contrárias à Igreja Católica, expressadas no Jornal *A Reacção*, instituído em 1909 e de propriedade dos livres-pensadores. Grupos de intelectuais mato-grossenses, congregados em torno dos conceitos de nacionalidade e da ciência, como resposta para as questões político-sociais e econômicas da época, postavam-se claramente contra a Religião Católica, vista como antiquada e conservadora. Além disso, opiniões abertamente formuladas nas páginas do Jornal *A Reacção* combatiam os dogmas católicos em nome do progresso e da ordem, a favor da secularização da sociedade e do ensino público.

O referido periódico se encontrava vinculado aos ideais liberais e republicanos; nesse sentido, as mudanças dos rumos políticos e econômicos no Brasil, ocorridas a partir do Segundo Império, possibilitaram o reordenamento da sociedade em função do crescimento das idéias capitalistas, do surgimento da burguesia de forma incipiente, tendo, como sintoma, a urbanização das cidades, que determinava novos códigos de postura e de higienização.

Costa considera que, no curso do Segundo Império, sobretudo, a medicina social vai se dirigir à família 'burguesa' citadina, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus integrantes, com vista à sua adaptação ao sistema econômico e político. (Costa) .

O governo monárquico, no século XIX, buscava, a partir de uma política higienista, a construção de um *corpo burguês, higienicamente urbanizado e disciplinado*. (Costa).

Dentro desse contexto de mudanças que se operavam na sociedade brasileira no final do século XIX, com o fim do trabalho escravo e, posteriormente, com a proclamação da República, buscar-se-ia a construção de nova imagem para a nação recém-constituída.

Ao discorrer sobre a população da província de Mato Grosso no final do século XIX, Siqueira afirma que era *expressivo o número dos analfabetos*, acentuando que essa situação não divergia da grande parte do território brasileiro. (Cf. Siqueira, 2000).

Carvalho, por sua vez, ao tratar em seus estudos sobre a construção da nova imagem para a nação brasileira realizada pelo Estado republicano, enfatiza que a consolidação da República e a aceitação desta pela população, como forma legítima, não se poderia dar apenas pelo discurso, acessível apenas a uma parte da sociedade, impenetrável que era à grande parte da população analfabeta. A solução encontrada foi a criação de sinais universais, imagens, alegorias, símbolos e mitos, acessíveis à grande parte da população. (Carvalho, 1998).

Um dos meios vislumbrados pelo Estado republicano para a mudança do pensamento e da conduta da população foi a Educação Pública. Embasados na Revolução Francesa, alguns segmentos republicanos buscaram nela sinais e atos que utilizaram na composição de imagens que visavam à consolidação do novo regime no Brasil: *educação pública significava, acima de tudo, formar almas*, forma de pensar que se encontrava em curso desde o final do século XIX, em meio à elite intelectual de cunho liberal. (Carvalho, 1998, p.11).

Tal pensamento, com ênfase na secularização do ensino, chocava-se com o pensamento da Igreja Católica, pois esta se intitulava Instituição responsável pelo trabalho de ensinar, uma vez que, para ela, o educar estava fundamentado nos princípios da moral católica.

Com o crescimento das idéias liberais, que defendiam a educação a cargo do Estado, os bispos reformadores dialogavam com as novas correntes de pensamento, na defesa de que não bastava que os homens tivessem instrução, *pois o simples saber pode levar a falsas verdades, assim a instrução não pode estar desvinculada da educação moral cristã*. (Manoel, 1989, p. 22).

Em matéria, publicada no Jornal *O Liberal*, em novembro de 1877, torna-se possível observar o clima de acirramento das discussões entre os ideais liberais em confronto com a doutrina católica:

O Paiz necessita de grandes melhoramentos que não podem ser por mais tempo retardados. Precisamos de meios efficazes para reerguer as nossas instituições do deplorável estado de aviltamento em que se acham, (...) precisamos de plena liberdade de cultos, sem a qual a marcha progressiva da nação será sempre lenta; precisamos da secularização dos cemitérios; de maior diffusão do ensino; e que este seja obrigatório (...)! (O Liberal, 1877).

Ciente das transformações que estavam em curso no cenário nacional e fiel aos preceitos ditados pelos bispos reformadores, D.Carlos via, na secularização do ensino, um dos grandes males que estavam sendo operados na sociedade brasileira:

Hoje, porém, que o ensino vae se secularisando de todo, que o erro e a immoralidade circulão e propagaõ-se livremente, que ha justificação e sympathias para todos os abusos e desregramentos: se os vossos filhos não forem escrupulosamente educados na caza paterna, difficilmente a vida publica os fará homens dignos da patria e da religião, e, ao contrario, o maior numero delles na funesta companhia dos mãos se precipitará, cegamente e sem oppor a minima resistencia, no abysmo de sua condemnação. ! (O Liberal, 1877).

Conferida a responsabilidade de ser o centro de sustentação da sociedade à família, esta ganhou importância fundamental dentro do projeto administrativo e pastoral de D. Carlos, pois, a partir dela, poder-se-ia recristianizar a sociedade.

A família passou a ocupar não só a função de reprodução, mas também lhe foi atribuída a da educação e transmissão dos ensinamentos católicos. Instruir, na visão de D. Carlos, incorporava o sentido de doutrinar, sob os preceitos ditados pela Igreja Católica.

Buscava ele demonstrar que os preceitos pregados pela moral cristã, como rígidos e inflexíveis, eram o único caminho possível para resgatar o homem da sua ‘desgraça’, pois divisava, nas idéias divulgadas pelas novas correntes de pensamento, desvinculadas dos ensinamentos católicos, o fim da família e, conseqüência disso, da sociedade.

Para D. Carlos, a população mato-grossense se encontrava desvinculada dos padrões estabelecidos pelo seu projeto ‘civilizador’ baseados nos preceitos pregados pela Igreja Católica romanizada, tornando-se necessário incorporá-los. Na percepção do antístite, as especificidades socioculturais e naturais da região levavam a população a não engendrar para si os conceitos sociais e religiosos.

Um caso significativo dessa forma de pensar foi vivenciado por D. Carlos em sua segunda Visita Pastoral, no ano de 1886, na localidade de Canga, quando, ao chegar, não havia pessoa alguma a aguardá-lo. Mas ainda: encontrou a igreja fechada. Tal atitude da população foi justificada pelos religiosos, pois a:

(...) triste rotina da vida que levam, rotina dos trabalhos ordinários, campestres, jamais interrompida e antes, pelo contrário, fortificada pelo hábito de viverem isolados, converte-os naturalmente em homens tímidos, acanhados, avaros, da pesca, da caça e da independência e opulência rústica, e por isso mesmo desconhecedor das regras comuns de tratar, quando mais das convivências sociais devidas a cavalheiros e às pessoas como a do Exmo. Sr. Bispo. (Leite, 1979, p. 52).

A construção de uma lógica para o não-conhecimento dos dogmas católicos pela população e, em consequência, o não-cumprimento das normas católicas, caminhava tenente a que esta não correspondesse aos preceitos sociais esperados de uma população ‘civilizada’. Nesse prisma, os párocos passavam a ter importância fundamental para a mudança dos hábitos e costumes enraizados nos integrantes da comunidade, pois, *para D. Carlos, a ignorância religiosa refletia o atraso cultural e o baixo grau de civilização de Mato Grosso.*(Marin, 2000, p. 132).

Nesse sentido, esclarecedoras as palavras do Cônego Bento Severino da Luz, ao analisar o resultado da segunda Visita Pastoral, realizada por D. Carlos Luiz D’Amour:

(...) tomou pulso às Paróquias e apreciou-se tal como eram dirigidos, observando as lições que pregavam os seus escolhidos, os exemplos que davam às ovelhas, os costumes que sustentavam no meio do rebanho. (...) resolveu dúvidas de consciência, desarraigou vícios e plantou virtudes. (Leite, 1979, p. 43).

O discurso religioso passou a reforçar as imagens sobre a região e a população local como lugar de atraso e de povos incivilizados. Assim D. Carlos se referia à Diocese de Cuiabá: *A Diocese de Matto-Grosso, além de pobre, é a última das dioceses do Brasil.* (Correspondência, 1886).

Ao apresentar a Diocese de Cuiabá como ‘atrasada’, D. Carlos utilizava-se de tal expressão para sensibilizar as autoridades eclesiásticas, bem como, paralelamente, enaltecer a si próprio como homem voltado para o bem da Igreja, disposto a todos os sacrifícios em prol dos fiéis católicos.

Marin, ao esquadrihar a Visita Pastoral realizada ao sul da Diocese, no ano de 1886, discorre que o relator da viagem, no ressaltar a postura de D. Carlos como homem voltado para a figura do missionário apostólico, não medindo sacrifícios para alcançar o bem dos seus paroquianos, contrapõe esta imagem à da Província de Mato Grosso, que era vista como *região isolada, atrasada, incivilizada, localizada nos confins da Nação. O domínio absoluto da natureza era demonstrado na ausência de indícios de civilização e progresso.* (Marin 2000, p. 122).

Essa imagem, ao enaltecer as atitudes do Bispo D. Carlos Luiz D'Amour, por se submeter a tais sacrifícios em prol do seu rebanho e levar a doutrina cristã a estas regiões, solidifica-se na complementaridade do olhar do relator da viagem ao modo de vida da população:

Os diocesanos foram descritos pelo secretário de D. Carlos como sendo incultos, rudes e ignorantes. O isolamento geográfico os teria levado à perda das noções de civilidade e de urbanidade. No aspecto religioso, havia o predomínio absoluto do desconhecimento da doutrina católica, o que os tornava supersticiosos e mesmo indiferentes. (Correspondência, 1886).

Uma das estratégias visualizadas por D. Carlos, tentando levar o conhecimento da doutrina católica a estas populações, era por meio do ensino: *instruir e educar a mocidade, questão importantíssima que se prende intimamente ao futuro bem estar do homem.* (Correspondência, 1886).

A preocupação com a forma como os professores ensinava as crianças, e se estas possuíam noções básicas da doutrina católica, foi um dos pontos acentuados nos relatos das duas Visitas Pastorais realizadas por D. Carlos no ano de 1885, no Norte, e outra, no Sul, em 1886, em todos os locais visitados.

Em algumas localidades, o saber das crianças correspondia ao esperado, mas, em outras, a inexistência das noções elementares dos dogmas católicos era justificada pela falta de interação do professor com os costumes católicos, bem assim pela maneira irregular do seu viver, conforme comentário sobre o professor da localidade de Canga: (...) *trazia a camisa fora das calças, pernas arregaçadas, uma das mãos na cintura e sem saber onde pôr a outra.* (Carta Pastoral, 1889).

A inobservância dos preceitos de 'boa conduta' pelo professor determinava o futuro das crianças e se tornava uma das justificavas para a 'insociabilidade' da população de Canga.

No intuito de mudar os costumes da população, D. Carlos buscou sustentação na crença dos fiéis, procurando convencê-los de que a oração se identificava com o meio de combater as tentações da carne e reencontrar a virtude, levando os homens a abandoná-las, pois *a sede insaciável de prazeres sensuaes o desseca e o consome.* (Carta Pastoral, 1889).

Nessa busca, D. Carlos utilizava palavras de forte impacto junto à população, ao discorrer sobre a importância da oração, apontando-a como forma de combater *as tentações e reencontrar a virtude.* (Carta Pastoral, 1889).

O princípio de seu pensamento derivava da idéia de que a composição familiar hierárquica, proposta pela moral católica, dependia, para seu sucesso, da manutenção desta rígida estrutura familiar.

Nesse sentido, devemos analisar os discursos de D. Carlos, dado que estes tentaram passar uma mensagem, aos fiéis, de que sua fala trazia em si a “verdade”, pois, o discurso, não sendo neutro, procura atender aos interesses de quem o manipula, produzindo, por sua vez, táticas e atuando no intuito de atribuir e validar um projeto diante do grupo social. A essa Luz, Bourdieu analisa o discurso como forma em que as palavras ou imagens se sobrepõem sobre as outras como ‘verdadeiras’, prevalecendo aquelas que o grupo social considera legítima e natural. (Bourdieu, 2000, p. 40).

O discurso, porém, só passa a ter validade se tiver sustentação em quem tem a cientificidade de anunciar, devendo ser aceito e reconhecido pelo grupo social e, por igual, ter sustentação nas crenças e nos valores do grupo em questão, que deve aceitá-lo como legítimo. (Bourdieu, 2000).

O discurso religioso produz práticas e estas, por sua vez, conduzem a estratégias de ação efetiva para a imposição/aceitação, pela sociedade civil, dos valores cristãos ultramontanistas.

Os discursos proferidos pelo bispo D’Amour devem ser vistos à luz de uma modalidade específica – o religioso – por trazer intrínseco o caráter teológico. Por outro lado, os discursos são construídos por homens inseridos em um contexto sócio-cultural determinado, o que leva esses indivíduos a incorporar pensamentos e atos que encontram ressonância a partir do tempo/lugar de sua vivência, condicionando, em última instância, o seu fazer à coerência entre suas representações, seus valores e suas crenças.

Por esse prisma, não basta reconhecer o caráter ultramontanista vinculado aos discursos proferidos por D. Carlos. Em complementaridade, devemos perceber quais as intenções com que tais discursos são utilizados. (Falcon, 1997).

O discurso, assim entendido, visa não só exprimir uma idéia posta em prática pelo bispo na defesa do ‘seu projeto’, mas também se apresenta como contraponto às novas idéias modernas, propostas no projeto político instituído pelo Estado brasileiro. (Gardim, 1999).

Nessa esteira, ao analisarmos os discursos do governo, percebemos que, para o Estado republicano, a secularização do ensino, mediante uma política educacional, era a forma de disciplinar os jovens com novos hábitos, sendo a primeira idade a ideal para moldar

as crianças, construindo hábitos disciplinadores, visão compartilhada por D. Carlos, ao apontar que esta seria a melhor idade para repassar os ensinamentos católicos por meio do catecismo dos meninos. (Costa, 1999).

A divergência se encontrava em que, para D. Carlos, a educação deveria estar interligada aos ensinamentos católicos, pois, só a partir do convívio familiar cristão, os jovens adquiririam hábitos saudáveis e permaneceriam fiéis aos valores católicos, únicos possíveis de manter a sociedade brasileira íntegra.

Suas preocupações se concentravam no extirpar qualquer sentimento que viesse a perturbar a vida no lar. Entre os sentimentos que podiam colocar em risco a harmonia do lar, encontravam-se os novos valores propostos pelos integrantes do Partido Republicano, dentre eles a separação da educação do ensino religioso.

É interessante notar que a reforma proposta por D. Carlos se efetuou parcialmente, e concomitantemente, com a reforma proposta pelo Estado, o que, mais tarde, determinará uma reaproximação da Igreja com o Estado, tornando-se iminente, nos discursos, a proximidade e o entrecruzamento da noção de nacionalidade com religiosidade.

Os poucos trabalhos historiográficos produzidos sobre a Igreja em Mato Grosso, neste caso sobre o bispo D. Carlos Luiz D'Amour, estimula-nos neste caminhar e no levantamento de várias questões e dúvidas. Por outro lado, induz-nos a entrever que há muito por trilhar, muito por fazer, para que a História da Igreja Católica em Mato Grosso seja reescrita na desconstrução de representações discursivas e, assim, seja divisado o espaço que ela ocupou e ocupa em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fapesp, 1999.

AZZI, Riolando. **História Geral da Igreja na América Latina**: História da Igreja no Brasil. Tomo II/2, Petrópolis: Vozes, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3.ed. São Paulo: Ed.USP, 2000.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Estudo sobre o catolicismo brasileiro: nos finais do século XIX e início do século XX. In: **Revista Brasileira de História**, V. 17, nº. 34. São Paulo: s/ed, 1997.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.**São Paulo. 2000. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LEITE, Luís-Philippe Pereira. **Bispo do império.** Cuiabá: Resenha Tributária, 1979.

MARIN, Jéri Roberto. **O acontecer e “desacontecer”: da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia.** 2.v. Assis, 2000. Tese (Doutorado em História)-Faculdades de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, Mônica Martins. **A Festa do Divino: Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988).** Goiânia: AGEPEL, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889).** Cuiabá: Ed.UFMT, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

VON DEN STEINEN, Karl. **O Brasil Central: expedição em 1884 para exploração do rio Xingu.**

FONTES DOCUMENTAIS

A PROVINCIA de Mato Grosso nº. 19, p.2., 1879. Acervo: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFMT

A SITUAÇÃO. Portaria Jul/1888. Acervo: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFMT.

CARTA PASTORAL de D. Carlos Luiz D'Amour aos diocesanos de Cuiabá. 1878. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

CARTA PASTORAL de D. Carlos Luiz D'Amour sobre a Festa do Espírito Santo. 7/abr/1903. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

CORRESPONDENCIA de D. Carlos Luiz D'Amour sobre a Festa do Espírito Santo. 7/Abr/1903. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

O ESTADO. 1903. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

O PHAROL. 25/abr/1903. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

PORTARIA. D. Carlos Luiz D'Amour. 1902. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

PORTARIA. D. Carlos Luiz D'Amour. 19/Mar/1903. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

PORTARIA. D. Carlos Luiz D'Amour. 19/Mar/1903. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

RELATÓRIO sobre o Seminário da Conceição. Acervo: Cúria Metropolitana de Cuiabá.

VISITA PASTORAL. 1885. Acervo: Cúria Metropolitana de Cuiabá.